

O temor dos credores: moratória.



Oswaldo Colin (nos EUA), Galvães e Langoni já estão em conversação com os credores do Brasil, tentando iniciar as negociações para a liberação de mais empréstimos. Mas os bancos estão preocupados: o atraso no pagamento da dívida já atinge US\$ 1,8 bilhão e eles mandaram uma missão a Brasília para saber se o País vai pedir moratória.

Três membros da comissão de renegociação da dívida — formada pelos bancos credores do Brasil — estão em Brasília desde segunda-feira, tentando saber se a suspensão do pagamento de juros, ocorrida nas últimas semanas, significa a preparação de um pedido de moratória. No entanto, a explicação oficial para a volta ao País, pela terceira vez, dos representantes dos banqueiros é que o governo quer antecipar o lançamento da "fase 2" de renegociação.

Os economistas Douglas Smee, do Banco de Montreal, Bryce Ferguson, do Citibank, e S. Chapmann, do Lloyd's Bank, integram o Comitê de Assessoramento da Dívida, chefiado pelo vice-presidente do Citibank, William Rhodes. Ontem, eles mantiveram contatos no Itamaraty e, hoje, retornam ao Banco Central, para falar com seu presidente, Carlos Geraldo Langoni.

Segundo um assessor de Langoni, a inspeção faz parte da "sistêmica regular" de coleta de informações, com caráter "estritamente técnico", sem nenhum poder decisório, concentrado nas mãos de William Rhodes.

Até sexta-feira, os três economistas farão um "trabalho estatístico e preparatório do lançamento da 'fase 2' de renegociação": após os entendimentos técnicos com o Fundo Monetário Internacional, os banqueiros querem reavaliar as projeções sobre o comportamento do Brasil.

Fonte qualificada da área financeira comentou que a missão do grupo é avaliar o fluxo de caixa das autoridades monetárias, para definir as reais necessidades de recursos do País para a rolagem da dívida nos próximos 18 meses. Os banqueiros admitem refinanciar automaticamente o principal e a metade dos juros até dezembro de 84, mas as autoridades continuam sem se manifestar.

Neste sentido, o grupo de economistas veio também comunicar a preocupação dos banqueiros internacionais pela inexistência de um plano consistente de administração da dívida.

Juros não pagos

Na verdade, os banqueiros estão preocupados com a iniciativa do governo, constatada nas últimas semanas, de deixar de pagar os juros para fazer caixa. As autoridades argumentam que o País precisa restaurar um mínimo de liquidez, para depois retomar os pagamentos.

Ocorre que, diante da falta de credibilidade das autoridades, os banqueiros temem que o País esteja tentando acumular reservas para declarar uma moratória. Fonte qualificada do Ministério da Fazenda disse ontem que o pagamento de juros já foi parcialmente retomado e que é difícil fazer reservas internacionais na atual conjuntura. No entanto, o professor Décio Munhoz, da UnB, calcula que o governo pode refazer as reservas ao nível de US\$ 2 bilhões em um mês, desde que suspenda todos os pagamentos no mesmo prazo, e mantenha em caixa, portanto, o fluxo da receita das exportações.

Para o professor Luciano Coutinho, da Unicamp, a indefinição das autoridades vem gerando um nervosismo contraprodutivo no sistema financeiro, prejudicial ao País, e que poderá resultar na redução nas linhas de crédito comercial.

Na sua opinião, o que o governo tem de fazer agora é uma negociação ampla da dívida externa, somada a um plano interno sólido, não aceitando mais condições impostas de fora. Para isso, o governo precisa dizer claramente o que pensa fazer. Ele lembra que, no começo do ano, os ministros falavam em garantir reserva cambial de US\$ 1 bilhão, e hoje já falam em necessidade de recursos de US\$ 3,5 bilhões.

Este plano não serve

O professor Luciano Coutinho também entende que o plano de refinanciamento proposto pelos banqueiros, de refinanciar automaticamente o principal e a metade dos juros, não interessa ao Brasil, porque o obriga a um esforço de conseguir superávit comercial de US\$ 9 bilhões para pagar a outra metade dos juros. Isso redundaria num esforço que não levaria o País a recuperar reservas monetárias ou de matérias-primas essenciais, como petróleo, e permaneceria sujeito a pressões externas.

Por isto, o Brasil precisa partir para uma renegociação com prazo de carência de dois a três anos, de refinanciamento automático do principal e da totalidade dos juros, e negociar também de governo a governo.

O professor da Unicamp alerta ainda para a elevação das taxas de juro este ano. A prime rate, atualmente em 11%, poderá atingir até 13% ao final do ano, tornando as projeções oficiais quanto ao balanço de pagamentos ainda mais fictícias, pois a cada elevação de 1% na prime rate o país paga mais US\$ 700 milhões aos banqueiros internacionais.